

Estudos de políticas educacionais e administração escolar: fundamentos e perspectivas,
de Celso Carvalho e Miguel Henrique Russo (Org.)

Jundiaí: Paco Editorial, 2014. 224 p.

Cássio Diniz

Mestre e doutorando em Educação pela UNINOVE.
 Professor da rede estadual de Minas Gerais e diretor estadual do Sind-UTE/MG.
cassiodiniz@hotmail.com

Em nosso cotidiano de trabalhadores em educação, travamos contato com uma realidade que, muitas vezes, ora não conseguimos interpretar, ora abusamos do senso comum estabelecido em nossas mentes para darmos respostas a muitas de nossas indagações. Essas, por sua vez, motivadas por fatos, fenômenos e situações que atingem diretamente e/ou indiretamente nosso trabalho e nossas vidas sociais.

Dentro dessa dinâmica, uma obra que busca travar um debate sobre os problemas que acerbam as políticas educacionais e os modelos de administração escolar existentes no país, elucidando e estimulando os seus leitores à busca por novas interpretações a esses questionamentos é *Estudos de políticas educacionais e administração escolar: fundamentos e perspectivas*, publicado neste ano e organizado pelos pesquisadores Celso Carvalho e Miguel Henrique Russo. Trabalho esse que se tornou uma excelente referência para esse intento.

O livro, na verdade, é uma coletânea de diversos artigos elaborados pelos dois e mais alguns de seus alunos e ex-alunos de mestrado e doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE – da Universidade Nove de Julho. A linha de pesquisa ao qual estão vinculados se dedica a estudar os fenômenos acerca das influências das políticas públicas educacionais no ambiente escolar, como também a realidade dessas políticas na administração das instituições de ensino públicas, a partir de uma ótica alternativa, contra-hegemônica e de viés crítico. Ao mesmo tempo, como nos aponta Russo,

A fim de contextualizar a instituição escolar, cerne das pesquisas da linha, os trabalhos e as reflexões dos professores orientam-se em, fundamentalmente, dois sentidos: a reforma do Estado e da educação; as consequências da reestruturação capitalista para a organização e o trabalho da escola e para a formação humana que nela se realiza. (p. 16).

Em se tratando da metodologia de pesquisa e a organização das referências para os trabalhos da linha, no primeiro capítulo, Miguel Russo busca explicitar os caminhos da investigação, norteando alguns elementos essenciais e trabalhando com alguns conceitos e categorias, tais como cultura escolar, instituição e organização escolar, reformas educacionais, trabalho e práticas sociais e escolares, entre outros. Ou seja, o texto se dedica – de forma bastante elucidativa – a orientar, como numa aula, a construção de um projeto de pesquisa sobre essa temática, que, de certa forma, se coloca como heterogênea.

Já Celso Carvalho, em seu capítulo intitulado *As falácias pós-modernas e o cotidiano escolar*, busca fazer uma reflexão crítica acerca do referencial teórico que tem invadido não apenas o campo acadêmico, mas principalmente contribuído com a construção de um senso comum dominante em espaços como a escola: o discurso pós-moderno. De forma direta e concisa, o professor destrincha o discurso neoliberal, apontando as contradições e os desencontros entre a teoria e a prática. Além disso, trava um debate acerca dos objetivos políticos e ideológicos por detrás desse referencial, embutidos nas políticas públicas educacionais levadas a cabo pelas mais distintas esferas do poder público, principalmente nos últimos 20 anos em nosso País. Sem meias palavras, Carvalho aponta o fracasso do modelo educacional baseado na premissa neoliberal, que, ao mesmo tempo, transfere culpas e retira responsabilidades históricas e políticas:

Igualmente, chegaram à escola as premissas inerentes ao pensamento neoliberal, como por exemplo, a de que os problemas enfrentados pela sociedade são questões de consciência, a relativização excessiva e a afirmação de que outra forma de organização da sociedade é inviável. (p. 59).

Já no texto em co-autoria entre Miguel Russo e Valéria Andrade, *A implementação da proposta curricular do Programa “São Paulo Faz Escola”: fundamentos teórico-metodológicos*, os autores procuraram analisar os conteúdos e os impactos da proposta curricular do Estado de São Paulo, como mais uma política pública de imposição de parâmetros que busquem o controle cada vez mais fechado acerca do modelo educacional da rede. Os dois autores fazem uma análise crítica dessa proposta, pela leitura da cultura escolar, e identificam como parte de um projeto maior que condiciona a educação como instrumento de formação de uma força de trabalho a servir os interesses socioeconômicos do capital, como a sua reprodução.

As propostas oficiais para as políticas educativas formuladas com base nos princípios propalados pelo Banco Mundial pas- sam a pensar a escola como empresa, a assemelhar os fatores envolvidos no processo educativo a insumos, e a ver a eficiência e as taxas de retorno como critérios essenciais na tomada de decisões sobre a educação (CORAGGIO, 1996). Ou seja, ao se transferir para a educação a lógica de mercado do capitalismo global, a escola é equiparada a uma empresa e passa a incorporar leis de livre concorrência, de produtividade e de competitividade, desconsiderando-se as especificidades do processo educacional. (p. 71).

Uma temática interessante presente nesse livro são as análises, do ponto de vista crítico, das diferentes disciplinas existentes na grade curricular da rede estadual de educação de São Paulo. Um exemplo é o capítulo *A disciplina de sociologia no contexto da proposta curricular paulista*, no qual José Humberto da Silva e Celso Carvalho analisam como é trabalhado o conceito de mundo do trabalho e como ele é tratado pela disciplina de sociologia, envolvendo jovens do ensino médio da rede estadual paulista. Em suas análises, o currículo dessa disciplina busca trabalhar com esse público conceitos e categorias, que, apesar do discurso que visa a quebra de um pseudo senso comum, acaba por cair no mesmo, tendo como objetivo a implementação de uma interpretação positivista sobre o mundo do trabalho, naturalizando condições que condicionam o jovem estudante a buscar se adaptar às exigências do capital, como pré-requisito fundamental para

se inserir em tal “mundo”, contribuindo não para o seu questionamento de fato – e conseqüentemente para sua participação na elaboração de um projeto societário contra-hegemônico – mas para sua reprodução.

Já em *O ensino de arte no contexto da proposta curricular paulista*, Camila Silva analisa as mudanças de cunho didático pedagógica da disciplina de artes presente nos currículos do Estado de São Paulo. Ela aponta que as mudanças ocorridas a partir da reforma curricular do estado afetaram não somente o conceito da temática, como também o papel e a ação dos docentes da área. Para isso, Camila remonta à análise histórica do ensino de artes no País, e busca posteriormente a compreensão da dicotomia teoria X prática dos educadores, por meio dos testemunhos desses profissionais. Como no capítulo anterior, a autora apresenta a perda do espaço do professor no contexto do processo educacional, dentro e fora da sala de aula.

A gestão escolar é investigada por Miguel Russo e Clareane Lima no capítulo 6, *Gestão da escola organizada em ciclos: atendimento das demandas teórico-práticas*. Nele, os autores buscam compreender as mudanças ocorridas na organização do ensino paulista em ciclos e suas conseqüências para a gestão escolar. Para isso, ambos analisam a proposta curricular sobre o tema, o conceito de ciclos na educação, o seu caráter político, seus antecedentes históricos e suas conseqüências no âmbito das escolas. Ao final, os autores apontam que o processo de implementação desse modelo educacional foi – e é – permeado por contradições, no qual em seu interior se observam conflitos entre o caráter autoritário de sua implantação e a resistência dos atores sociais envolvidos no interior das escolas.

Dentro dessa temática, Sônia Maria de Souza Santa Cruz analisa, no capítulo *Formação continuada de gestores da escola pública paulista*, a introdução de modelos de gestão escolar baseados no mundo corporativista capitalista, ou seja, a adoção de modelos típicos de empresas na formação dos gestores da rede estadual de São Paulo, na qual se busca a otimização – de acordo com a lógica do capital – da gestão e da administração escolar, contribuindo para a introdução de ideias hegemônicas no contexto da reforma educacional testemunhada a partir da década de 1990.

Concluindo, diante desses textos, o leitor poderá estabelecer um contato inicial com o que está em trânsito nas políticas públicas educacionais do Estado de São Paulo. Apesar de, em alguns capítulos, os resultados

obtidos serem apenas parciais – diante da complexidade do tema e da natureza das pesquisas em questão – a administração e os currículos passam a ter uma centralidade nessa obra, buscando compreender como é e está sendo encarada a educação no contexto do modelo neoliberal estabelecido aqui por meio de seguidos governos desde a década de 1990. Para o leitor, com certeza, esse livro permitirá dar-lhe os primeiros subsídios para inserir-se nessa temática, permitindo-lhe sair munido de um manancial teórico e investigativo que o fará capaz de compreender um pouco mais essa realidade que se desenha, não só em São Paulo, mas também no Brasil e no mundo ocidental.